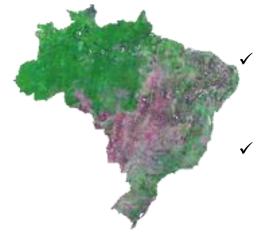


PAPEL ESTRATÉGICO DA PROTEÇÃO FLORESTAL NO BRASIL



O maior diferencial do Brasil são as grandes extensões de florestas e a **proteção florestal deve ser considerada um marco estratégico** do desenvolvimento econômico do Brasil.

✓ No Brasil, o desmatamento de florestas nativas é a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa (46% das emissões), o que tem contribuído para o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos no Brasil.

✓ A conservação das florestas é essencial para o agronegócio e para geração de energia elétrica. A floresta Amazônia lança diariamente cerca de 20 bilhões de toneladas de vapor de água na atmosfera, responsáveis pela irrigação de lavouras e abastecimento de represas.



Principais instrumentos da Lei

Cadastro Ambiental Rural – cadastro eletrônico

Todo imóvel rural deve ser inscrito no Cadastro Ambiental Rural, um registro eletrônico contendo as principais informações ambientais do imóvel

Programa de Regularização Ambiental

Processo de adequação, baseado na celebração de **termos de compromisso transacionados entre órgãos ambientais** e os proprietários e possuidores de imóveis, que precisam se adequar e que já haviam desmatado em 2 de julho de 2008



TRANSPARÊNCIA E USO DE DADOS



TRANSPARÊNCIA – DIREITO A INFORMAÇÃO

O exercício dos direitos se dá a partir do acesso a informação, fundamentado na Constituição de 1988

Os dados do CAR devem ser utilizados para garantir o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado, para a conservação ambiental, redução do desmatamento, sustentabilidade do uso do solo e também para alcançar mercados diferenciados e agregar valor à commodity agrícola brasileira



ANÁLISES

A QUEMINTERESSA A MP867 QUE ALTERA O CÓDIGO FLORESTAL?

96% DOS IMÓVEIS RURAIS BRASILEIROS CUMPREM O CÓDIGO FLORESTAL E OS OUTROS 4% TENTAM ALTERÁ-LO

A QUEM INTERESSA A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL?

BASE DE DADOS

- ✓ Malha fundiária do Atlas da Agropecuária Brasileira (resolução 30m x 30m), que inclui os imóveis rurais registrados na base do CAR e informações do SIGEF, imóveis titulados do Terra Legal e assentamentos de reforma agrária;
- ✓ Mapa da cobertura e uso do solo do <u>Mapbiomas</u> (resolução 30m x 30m)
- ✓ Modelagem do Código Florestal, já aplicada em estudos anteriores publicados em revistas científicas internacionais (Freitas et al., 2018a; Freitas et al., 2018b)



^{*}Base de dados reais com imagens de satélite e não dados declarados.

A QUEM INTERESSA A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL?

RESULTADOS

Área analisada - 3.551.286 imóveis - 364.160.711 ha Retiradas as sobreposições entre CARs e áreas protegidas

Somente 147.906 ou 4% dos imóveis tem algum descumprimento em relação aos requisitos de Reserva Legal

Representam 20% da área total de imóveis analisada - 73,23 milhões de ha

Com déficit de vegetação nativa de **9.044.122 ha** 34.213 Grandes imóveis - 5,05 milhões de ha 113.693 Médios imóveis - 3,99 milhões de ha



7 ANOS DE

CÓDIGO

FLORESTAL

7 MOTIVOS PARA

NÃO ALTERÁ-LO



7 Razões para não alterar o Código Florestal

- 1. Apenas 4% dos imóveis rurais não cumpre as regras do Código Florestal nivelando por baixo todo o setor, colando no agronegócio brasileiro a imagem de viciado em desmatamento e anistias, manchando a imagem do produtor brasileiro nos mercados internacionais.
- 2. Riscos ao meio ambiente e enfraquecimento da legislação ambiental conduzidos em **regime de urgência.**
- 3. Algumas alterações não têm relação com o prazo de implantação da Lei, configurando-se "jabutis".
- 4. A alteração traz riscos de **instabilidade jurídica** a uma Lei editada há 7 anos e teve sua constitucionalidade chancelada pelo STF, provocando novas ações judiciais.
- 5. A grande maioria dos proprietário e possuidores acreditou na lei e já começou a adotar medidas para se adequar. São mais de 5,6 milhões de Cadastros Ambientais Rurais (CAR),



7 Razões para não alterar o Código Florestal

- 6. As alterações trazem **novas anistias** para 4% dos imóveis rurais podendo chegar a mais 6 milhões de hectares, além do que Código já dispensou a recuperação de **41 milhões de hectares** em todo o país (> MS). Essa nova regra impactará principalmente as regiões mais degradadas do país, justamente nas quais vêm ocorrendo rotineiramente problemas com **falta de água por falta de florestas, caso da cidade de São Paulo e da reserva da Cantareira.**
- 7. O art. 59 da proposta traz mudanças que comprometem a implantação da Lei em trata novas anistia de multas e áreas a serem recuperadas, além de desrespeitar as regras de competência ambiental ditadas pela Constituição e pela Lei complementar 140.



CONCLUSÃO

A MP 867 alterava o prazo do programa de regularização ambiental e se tornou PLV 9/2019, que pode ir à votação hoje, o que está em jogo é o Brasil que queremos: "o grande produtor de commodities sustentável, com florestas conservadas e o meio ambiente sadio" ou o país que trocou os pés pelas mãos pelas explorações arcaicas, predatórias e imediatistas.



OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL roberta.delgiudice@observatorioflorestal.org.br

